

EM LUTA

Secção Portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional

É NECESSÁRIA UMA ALTERNATIVA
REVOLUCIONÁRIA

A RECEITA DE COSTA

**PRIVILÉGIOS
para os poderosos**

**ESMOLAS E INFLAÇÃO
para quem trabalha**



COMO OS PROFESSORES, LUTAR POR:



- Valorização dos funcionários e serviços públicos!
- Salários de acordo com a inflação!
- Controlo dos preços!
- Nacionalização da EDP, Galp e REN!



EDITORIAL

Não nos vamos habituar!

A um trabalhador que luta todos os dias para chegar ao final do mês, para garantir que não é despejado da sua casa, para ter um atendimento digno no SNS ou conseguir que os seus filhos tenham professor, não podem deixar de indignar as barbaridades cometidas pelo Governo Costa, nomeadamente a convivência com os gestores milionários, sejam os pagos com os impostos de todos nós, ou os que também no privado roubam os trabalhadores.

Não esquecemos, no entanto, como tanto querem fazer os partidos da direita, que esta utilização do aparelho de Estado para proteger os ricos e os seus gestores não é apenas uma característica do PS, mas igualmente dos governos PSD/CDS.

Perante a crise do Governo de Costa e o aproveitamento que a direita procura fazer da mesma, algumas vozes procuram desculpar o Governo devido ao perigo do retorno de um governo de direita ou de extrema-direita. Mas foi exatamente esse argumento que fez com que o PS tenha maioria absoluta para colocar os custos da inflação sobre os trabalhadores, enquanto EDP e Galp, Continente e Pingo Doce, ou os grandes bancos, fazem milhões. Ou mais recentemente queira ameaçar acabar com a greve dos professores, procurando alegar a sua ilegalidade, apenas devido ao seu impacto. É a proteção ao

PS que alimenta o crescimento da direita, e não o contrário. Já Paulo Raimundo, novo Secretário-geral do PCP, em entrevista recente, aponta para o retorno do modelo da Geringonça, abrindo as portas a alianças da esquerda parlamentar com o PS. Também por aqui já vimos que o caminho não nos serve: afogou a confiança e ânimo de luta da classe trabalhadora e da juventude nas ilusões da conciliação com os patrões e com o Governo, e não reverteu a decadência das condições de vida, nem o projeto de submissão do país. Também por aí cresceu a extrema-direita.

Ao contrário do que dizia Costa: nós não nos vamos habituar. Nem aos dois pesos e duas medidas do Governo, com mão dura para os trabalhadores e proteção aos gestores, nem à falsa dicotomia de que ou é o PS (com ou sem esquerda atrelada) ou é o retorno da direita. As lutas de fim do ano na Autoeuropa, e agora a luta dos professores defendendo a dignidade da sua profissão, mas também da própria escola pública, mostram que há outros caminhos. Já basta de aceitar o mal menor e a chantagem constante. Já basta de baixar a cabeça ou de esperar as soluções de sempre. É preciso retomar a confiança nas nossas forças e unificar as lutas, para construir uma verdadeira alternativa ao capitalismo e aos seus negócios sujos.

REPORTAGEM

“Sem chave não saio”. 100 dias de resistência dos moradores do 2.º Torrão

ANTÓNIO TONGA E
MARINA CABOCLO

Mais de 3 meses depois, moradores da zona da vala de drenagem no 2.º Torrão, Trafaria, continuam sem solução habitacional, mantendo-se a ameaça de despejos. Os militantes do Em

Luta estiveram no bairro com João e Renata, da Associação Canto do Curió, que têm atuado no apoio aos moradores, e Adriano, morador do bairro, que têm construído a resistência ao processo de despejo promovido pela Câmara Municipal de Almada, presidida pela já infame Inês de Medeiros (PS).



Demolições sem alternativa

O 2.º Torrão é um bairro de acolhimento histórico que remonta aos anos 50, onde pessoas vindas de outras regiões do país, e principalmente de dentro da Área Metropolitana de Lisboa construíram as suas casas. Atualmente, com o adensar do processo de destruição do direito à habitação, o bairro passa a ser diretamente disputado no jogo da exploração do território para interesses comerciais, no âmbito da especulação desenfreada em Almada, ao serviço de um projeto de alegado desenvolvimento económico que desconsidera o desenvolvimento real e social e que afasta a própria

comunidade da integração no concelho. Renata salienta que o processo de resistência às demolições se iniciou pelas mãos dos moradores, no sentido de garantir em tribunal o reconhecimento formal do seu direito à habitação, negado, na prática, pela atuação da câmara. Um processo também político, como vimos nas manifestações, na participação nas assembleias municipais, entrevistas, reportagens e exposições, sem o qual Adriano confessa que provavelmente estaria na rua. Muita gente, como é o caso do Adriano, perdeu o trabalho pelo enfrentamento diário às tentativas ilegais de



demolição da sua residência, o que significou a perda do seu rendimento. Muitos acumularam problemas de saúde por tratar, alguns prévios e outros surgidos neste contexto de tensão constante. As 10 famílias alvo do processo de despejo que permanecem no bairro ainda lutam pelo

reajuntamento, face a uma Câmara investida em difamá-los e destruir os seus lares. Estamos a falar de pessoas que não surgiram de repente, que em alguns casos vivem no bairro há décadas, e cujo direito universal à habitação deve ser cumprido e defendido, como salientou o João.

Almada colonial...

No final do ano passado viralizou uma intervenção autoritária de Inês de Medeiros que cortou o direito à palavra da Renata pelo uso da expressão Almada Colonial. Retifiquemos esse atropelo.

Renata aponta que conceitos teóricos têm sido debatidos e revelado uma importância central quando procuramos mudanças estruturais em relação a um problema originado por um processo de exploração de 5 séculos que ainda é motivo de orgulho nacional. No contexto das demolições, conta que a expressão “colonial” foi levantada por um morador que, ao tentar acalmar a sua filha, que via a sua habitação a ser destruída, disse: “Quando nós vimos os brancos a chegar à nossa terra, tivemos de fugir para a capital (Luanda). Quando eu me vi encurralado pela Guerra Civil fomos outra vez obrigados a sair da nossa casa e viemos para Portugal”.

Como Renata explica, o relato aponta para uma realidade que foi bem além do período das guerras de libertação, permanecendo como a continuação de um processo histórico que trouxe estas pessoas para este território na esperança de reconstruírem as suas vidas.

Continuou, porém, a exploração e opressão destas pessoas. Apesar de todo esse processo e do peso histórico por trás, vemos que um pequeno grupo decide, completamente à revelia dos que serão afetados pelas decisões, para onde vão estas pessoas, o modo de vida que adotam e, principalmente, o que é melhor para elas. Esta é uma postura colonial, do Câmara e do Governo, continua a explicar-nos. A palavra assusta, porque ela esconde o medo do escrutínio ao legado do colonialismo em território nacional e nos PALOP, daí o silenciamento autoritário.

Como frisa João, este nunca foi só um posicionamento da Renata, e nem um posicionamento que se cinge aos corpos racializados ou de pessoas imigrantes, e há muitos portugueses “de raiz” que participam desse processo de conhecimento feito pelas bases [sobre o legado do colonialismo]. João lamenta a postura de orgulho por parte da Presidente da CMA nas suas posições ignorantes e racistas. “Jamais devemos ter medo da democracia em ação, medo de intervir e usar das palavras que nos façam sentido e que nos aprazem.”

... Racista e classista

Para Adriano, o rapper Dog dos Guns, o que se tem passado no Bairro “vai muito além do direito à habitação; é pura discriminação”. A forma como se tem de entregar documentos, a forma como têm que se dirigir às autoridades, o tratamento discriminatório e desrespeitoso em resposta, em que agentes arrombam as portas e casas dos moradores, só acontece devido à cor da pele e ao facto de morarem no bairro, onde se cruza a opressão racista com o esmagamento dos setores mais pobres da nossa classe.

Inês de Medeiros anunciou, em tom conquistador, no editorial de um órgão de comunicação da CMA, que este era “(...) o início do fim do 2.º Torrão” ... Para o Adriano, que ressalta a brutalidade dessas palavras, isto significa querer terminar com a comunidade e com as pessoas, uma limpeza, em vez de procurar o reajuntamento de uma comunidade em seu conjunto. Porém, o rapper alerta que não é fácil acabar com o bairro: “Se formos a ver, o Asilo era lá ao pé do Porto Brandão; foram todos reajuntados, mas o Asilo ainda existe, só está noutra sítio”. A forma como se fala do bairro é uma forma fútil, racista, simplista, e está ligada à forma de agir do sistema.

“Nesses últimos três meses, houve muitas mudanças na minha vida. Eu tinha o meu trabalho, tinha os meus filhos aqui sempre ao pé de mim (...). Tinha os meus vizinhos. Os nossos vizinhos são mesmo aqueles que vivem colados a nós. Qualquer coisa, bates à porta do vizinho. E depois tens o barulho que tínhamos aqui. O som das pessoas. Hoje em dia, parece que a minha casa está num cemitério, o silêncio que há. Sinto muita saudades da minha comunidade.”
(Adriano N’Zinga)

“Sem resistência não se muda nada”, Adriano deixa a dica para que mais gente entre na luta e perceba a vida que a comunidade leva para que se possa lutar pela mudança.

A situação de retorno das máquinas e das demolições no bairro, que à hora de fecho da redação ressurgiu, volta a pôr todos em alerta. A luta continua! Por isso, é preciso exigir da nova Ministra da Habitação, Marina Gonçalves, o reajuntamento imediato para casas de qualidade e em condições de todas as famílias e pessoas residentes envolvidas na zona da vala!

FICHA TÉCNICA

Registo: 127652
Diretora: Flor Neves
Proprietária/Editora: Cristina Portella
Sede da redação e edição: Rua Carlos Mardel, 05, Cave
Gráfica: AGL Artes Gráficas Lisboa – Beco do Alegrete Lisboa

Tiragem: 100
Colaboradores: António Tonga, Cristina Portella, Edu Dário, Érica Lemos, Flor Neves, Joana Salay, João Reis, João Viegas, Marina Peres.

Nota: Estamos numa nova fase do nosso jornal. Após 32 edições, passamos a editar o nosso jornal com o número de registo. Por isso este é o Jornal Em Luta nº08 – Nova Fase.

Construir a Europa dos povos contra a Europa do capital

No *Em Luta* e na organização internacional que construímos – a *LIT-QI* – estamos convencidos de que o estudo e a compreensão global dos vários acontecimentos e realidades à escala internacional são a melhor ajuda para a militância e intervenção nacional e local.

EDU DÁRIO

Um pouco por todo o mundo, a pauperização, a desigualdade e frustração sociais, a miséria de largos milhões de seres impostas pelo capitalismo mundial são uma realidade em crescimento, particularmente após a crise de 2008-2009.

Em Portugal, o período que imediatamente se seguiu tem referências que ainda hoje perduram: o governo “socialista” de José Sócrates (cujo n.º 2 era António Costa...) afundou-se ao procurar oxigénio nos ataques ‘austeritários’ dos famosos PECs (Planos de Estabilidade e Crescimento) e ao render-se aos empréstimos da chamada Troika (Comissão

Europeia, FMI e BCE). Mas José Sócrates não seria despedido sem enfrentar ainda, a 12 de março de 2011, a enorme mobilização da Geração à Rasca, que daria o tom para as lutas dos anos seguintes. Seguiram-se os “refrescados” governos de Passos Coelho/PSD/CDS e o extraordinário ‘ascenso do movimento de massas de 2011-2013’. A 15 de outubro de 2011 ocorreram em várias capitais europeias – incluindo em Lisboa, apoiada em assembleias democráticas – manifestações radicalizadas. Em 15 de setembro de 2012 ocorreu a maior manifestação desde maio de 1974, que obrigou o Governo recém-eleito de Passos Coelho a retirar a

TSU (Taxa Social Única, que baixava a contribuição social do patronato e elevava a dos trabalhadores...), o que abriu “uma enorme crise política no Governo”. Seguiram-se novas mobilizações: greve geral a 24 de novembro de 2012; a manifestação “Que se lixe a Troika” em março de 2013; nova greve geral a 27 de junho de 2013... BE e PCP aplicaram a política de ‘dividir para reinar’. Por um lado, mobilizações operárias e enquadradas pelo aparelho sindical, por outro, mobilizações dos movimentos sociais e da juventude. Perante este impasse, as promessas da “derrota do governo de direita de Passos Coelho” por via das eleições foram abrindo caminho:

as eleições de outubro de 2015 deram a vitória à “maioria de esquerda”. Reconstituiu-se a paz social, os governos burgueses de Costa e da “geringonça” PS-BE-PC que se seguiram durariam 5 OE até janeiro de 2022, alinhados com a NATO, com o BCE/UE. Entretanto a maioria das medidas da Troika não foi anulada, as várias agências financeiras imperialistas de rating subiram a sua cotação da economia portuguesa e o conjunto das principais empresas portuguesas viram subir continuamente os seus resultados líquidos entre 2015 e 2021: de 9,7mil milhões de euros para 20 mil milhões (à exceção do ano da pandemia de 2020)!

A UE, a dívida e as contas certas

A desmontagem das ajudas milagrosas e sonhos sobre a União Europeia propalados pelas burguesias e aparelhos governamentais dos países europeus não poderá ser feito cabalmente aqui. Será a experiência da mobilização dos povos e trabalhadores europeus que colocará a nu a sua verdadeira natureza opressora, exploradora, capitalista e imperialista e impulsionalará a construção de uma verdadeira Europa dos povos e da classe trabalhadora. Enquanto bajulam a sua UE, aqueles serventuários nacionais gozam privilégios, traficam influências

ou mergulham nas fraudes e corrupção, enquanto tentam apagar qualquer alternativa à “sagrada união”. Foi o caso da “Crise da Dívida Pública da Zona Euro” que, na sequência do vendaval originado pela falência em 2008 do banco norte-americano Lehman Brothers, atingiu principalmente os países do sul europeu, em particular Portugal e Grécia, então os mais fracos da dita “União”. Os ‘resgates’ que se seguiram – quer dizer, os empréstimos às finanças públicas caucionados pela Troika (FMI, Banco Mundial e BCE) – exigiram



em troca cortes selvagens e retrocessos históricos nos sistemas de saúde, educação, direitos sociais e económicos daqueles países servilmente aplicados põe José Sócrates e Passos Coelho. A dívida públi-

ca em Portugal deu um salto, de 75% do PIB em 2008 para 131% em 2016, situando-se em 127% em junho de 2022 (Eurostat, BP). Na Grécia ela passaria de cerca de 115% em 2008 para 175% em 2014.



Costa, bom aluno da UE

António Costa e a sua maioria absoluta levantam a bandeira da antecipação do pagamento da dívida pública em nome das “contas certas” da UE. Assim, num processo que faz lembrar os roubos impostos pela Troika, alguns dos milhares de milhões de euros que também são roubados ao povo português por via do extraordinário aumento de impostos resultante da inflação irão aumentar o capital improdutivo e financeiro na posse de especuladores

nacionais e internacionais, fundos financeiros, etc., em vez de serem investidos no desenvolvimento económico e travagem da pauperização, no SNS, na educação, na habitação... Para o 1.º ministro “socialista” o projeto para Portugal continua a ser o de um país fornecedor de mão de obra barata, de turismo, totalmente dependente dos investimentos convenientes para as fortes burguesias europeias, de grande desigualdade...

BCE: e não se pode demiti-lo?

Mas esta denúncia da UE também tem de incluir o principal instrumento de imposição da sua política económica, que é o BCE. Ironicamente, é-lhe atribuída a missão de preservar o “poder de compra do Euro”, e a... “estabilidade de preços”! Esta eminência que ninguém elegeu determina muitas das condições de vida da generalidade dos cidadãos europeus através das suas ordens impostas por um “Conselho de Governadores” de

cada banco central dos países da UE. Em Portugal, o governador do Banco de Portugal é Mário Centeno, integrante portanto do BCE, ex-ministro das Finanças dos governos da Geringonça até junho de 2020.

A par do seu falhanço estrondoso em combater a inflação que todas as famílias da classe trabalhadora sentem no dia a dia e que se manterá durante 2023, o BCE é também famoso pela determinação da

chamada taxa-base Euribor, a taxa que, somada aos lucros bancários, determina em grande medida os juros que as famílias pagam aos bancos pelos empréstimos para habitação. Segundo o jornal Público de 5 de janeiro, 54% dos empréstimos verão as respetivas taxas agravadas até fevereiro e 31% entre março e abril...

Para os burgueses do BCE, a causa da inflação é a existência de dinheiro a mais na sociedade, ou, como dizem, “a oferta

no mercado”; como tal a solução é diminuir a quantidade de dinheiro, tornando-o mais caro, adaptando-o à quantidade de mercadorias existentes. António Costa e Mário Centeno/BCE continuam, assim, a formar uma dupla bem unida: não lhes passa pela cabeça que os salários na produção capitalista têm um peso reduzido e que os preços das mercadorias sobem porque a classe capitalista disputa mais e mais lucros.

A alternativa virá da classe trabalhadora

Perante a crise que vivemos e que junta agora inflação e recessão, a classe trabalhadora tem que impor a sua solução: congelar de imediato os preços, orientar os capitais para a produção planificada de mercadorias socialmente necessárias, afastar a burguesia da gestão da produção...

Nesse sentido, se revisitamos, ainda que de forma bastante resumida, os acontecimentos que em Portugal têm refletido desde 2008 a evolução e o aprofundamento da crise generalizada do capitalismo globalizado, é porque julgamos que à escala nacional aqueles ilustram o principal desafio que a classe trabalhadora enfrenta em todo o mundo: aproveitar as oportunidades

abertas com as revoltas e revoluções para construir organizações revolucionárias à escala nacional e interna-

cional que impulsionem nos vários países a luta anticapitalista até à tomada do poder e a expropriação da burguesia,

e lancem as bases de uma economia planificada dependente apenas das necessidades e vontade da Humanidade.



Governo de António Costa: Mão dura com os trabalhadores e conivência com os ricos e os seus gestores

Os recentes escândalos atrás de escândalos no governo de António Costa mostram bem como o “rigor orçamental” do Governo é apenas para justificar os ataques contra os trabalhadores e os serviços públicos como a saúde e a educação, não havendo “rigor” na forma como trata os ricos e seus gestores. A luta combativa dos professores por justiça e dignidade da sua carreira mostra o caminho que é necessário trilhar para impor uma alternativa contra o governo Costa.

FLOR NEVES

Os vários governos chefiados por António Costa mostraram bem que o seu “rigor orçamental” significa apenas que acima de todas as necessidades da maioria da população está o pagamento da dívida (mais de 50% do OE2023 é para pagar este item) e o cumprimento do défice e das regras de Bruxelas. Para tal, corta-se no orçamento da Saúde e da Educação e no pagamento de salários, seja diretamente ou através das cativações, que impedem a aplicação de parte do que é votado no OE. Esse rigor orçamental é o mesmo que serve de justificação à recusa em atualizar os salários de acor-

do com a inflação, fazendo com que hoje os trabalhadores e pensionistas enfrentem cortes reais de rendimentos, quando a sobrevivência é um desafio de todos os dias. O Governo que tem mão pesada sobre os trabalhadores e pequenos empresários é o mesmo que tudo permite aos ricos e aos seus gestores de serviço. Hoje por cada ano de trabalho a indemnização é de 14 dias de salário, pois Costa manteve no essencial o retrocesso neste campo imposto por Passos Coelho; Mas considera correto que a lei permita que a administradora da TAP receba 500 mil euros de indemnização; isto é particularmente grave numa empresa que ataca os direi-

tos e contratação coletiva dos seus funcionários e deixou os trabalhadores na mão (inclusive com salários em atraso) perante a insolvência da Groundforce. Se a dualidade de critérios é um dos elementos chocantes em todos os recentes casos no Governo Costa, outro elemento que chama a atenção é que indemnizações como a da TAP sejam “legalmente” consagradas. O facto de ser o próprio Governo, como acionista maioritário da TAP, a dar cobertura a este tipo de lei só demonstra que, como escreviam Marx e Engels no Manifesto Comunista, os governos são comités de administração dos interesses da burguesia. Por

isso, se este tipo de “indemnizações milionárias” não são uma exceção, nem na TAP, nem noutras grandes empresas, são agravadas neste caso pelo seu carácter público, pois são os impostos dos contribuintes que pagam o compadrio entre a burguesia e os seus gestores de turno. Não há dinheiro para os trabalhadores, mas há para os ricos e seus lacaios. Ao mesmo tempo, o suposto rigor que se exige aos trabalhadores no cumprimento das suas funções e deveres para com o Estado não é aplicado na escolha dos Secretários de Estado do Governo. São dois pesos e duas medidas que fazem saltar a tampa a qualquer trabalhador.

Uma guerra surda: A disputa do poder e da “bazuca europeia”

É uma ilusão pensar que a duplicidade de critérios e o “jobs for the boys” é algo que se restringe ao PS e respetivos governos. Esta é uma realidade em todos os governos que, independentemente da sua cor política, vão alternando no seu papel de gerir os interesses da burguesia e a criação de leis e contratualizações (lembramos as Parcerias Público Privadas das Autoestradas, por exemplo), que alimentam os grandes grupos capitalistas e seus gestores. Mas então porque razão vemos agora aparecer este enorme número de casos? Em primeiro lugar, na superfície, podemos di-

zer que a direita, nas vozes dos seus vários partidos e através da imprensa, tem por objetivo desgastar a maioria absoluta do PS, com o objetivo de preparar a sua ida para o poder o mais brevemente possível. Mas é preciso ir mais fundo. Mas a questão mais de fundo é um contexto de crise económica que já tomou a Alemanha, o coração da UE. Neste contexto, Portugal é um país totalmente dependente, não controla o que vai acontecer ao país em tempos de recessão e inflação, pois não tem moeda própria e não decide sobre as políticas económicas que o afetam. Além disso, o seu crescimento

económico nos últimos anos está dependente do turismo, um setor volátil e determinado externamente. É neste contexto que as divisões entre a burguesia são cada vez mais importantes e polarizadas, principalmente quando a burguesia portuguesa depende da extorsão do aparato de Estado e privilégios que daí retira para conseguir os seus lucros milionários. O PRR de que tanto falou Marcelo Rebelo de Sousa na mensagem de Ano Novo, a famosa bazuca europeia, é o centro da sobrevivência, reforço ou destruição dos principais setores burgueses em Portugal. Nesse

sentido, o controlo do aparato de Estado é fundamental para aceder a esses fundos, que mais do que “desenvolver o país” com um projeto coletivo - que a burguesia não tem - servem unicamente para fortalecer um ou outro setor e respetivos negócios. Quem irá sair beneficiado? Os banqueiros ligados ao imperialismo europeu? O setor da construção? As energias verdes, ou os setores mais poluentes? Qual vai ser a aposta do país? É essa guerra surda de disputa pelo destino do dinheiro do PRR que está por trás da atual guerra pelo controlo do aparato de Estado e seu poder.

Novo ano, os mesmos problemas: Os professores mostram o caminho



Neste início de ano, os trabalhadores deparam-se com desafios muito semelhantes àqueles que enfrentaram no ano passado: uma inflação que leva à redução real dos salários e a cada vez mais miséria e fome; o problema da habitação, fruto da especulação imobiliária, em cidades como Lisboa, mas agravada pela política do BCE

de aumento dos juros, que fizeram disparar os créditos à habitação e colocam na ordem do dia os despejos e o retorno do aumento dos sem-abrigo; o SNS num estado de agonia crescente, pelos cortes orçamentais sucessivos para material básico, mas acima de tudo para condições de trabalho e de salário dignas que permitam manter no setor público e no

país os trabalhadores do setor, hoje completamente esgotados; uma educação pública que, além da enorme precariedade e redução de salários, produto dos sucessivos congelamentos e bloqueios na carreira, enfrenta hoje novo e duríssimo ataque do Governo Costa, com a instituição de um sistema de recrutamento de professores por “perfis” (e não por critérios ob-

jetivos de graduação profissional como atualmente), ficando clara a subjetividade dos critérios a aplicar e o efeito “cunha” que daí advém; a crise ambiental sem qualquer projeto do Governo que procure avançar para superá-la, enquanto tem como ministro um antigo CEO de petrolífera, demonstrando bem as suas preocupações ambientais.

Unificar as lutas, construir uma greve geral

Se os problemas são os mesmos, as lutas que marcaram o final de 2022, como a dos trabalhadores da Autoeuropa, as ocupações dos estudantes pelo clima ou a dos professores, que marca também já este mês de janeiro, dão-nos um novo ânimo e sentido de esperança. São estas lutas, apoiadas nas decisões democráticas da classe trabalhadora, mas também ousadas e trilhando o caminho da independência de classe contra governos e patrões, que mostram o caminho que

temos de trilhar. Será um ano em que precisaremos de forças redobradas para enfrentar governos e grandes capitalistas. Por isso, várias lutas separadas, seja de professores, seja de outros setores, não bastam. A dureza da maioria absoluta de António Costa e a gravidade da situação que a classe trabalhadora terá de enfrentar exigem uma cada vez maior unidade entre diversos setores e lutas. Só avançando na unidade das lutas poderemos encostar à

parede do Governo de maioria absoluta do PS e construir o caminho para uma greve geral que exija que sejam os ricos a pagar pela inflação, que garanta a valorização profissional dos professores e restantes funcionários públicos, que imponha o controlo dos preços e a nacionalização dos setores estratégicos da economia, em particular do setor energético como a EDP, GALP e REN ao serviço do interesse social e ambiental coletivo.



A pobreza no país e as esmolas de Costa

Sem política para erradicar a pobreza, o governo de António Costa limita-se a medidas pontuais e inócuas, quando não reduz à má fila o valor de salários e pensões. Ao mesmo tempo, salvaguarda os superlucros da banca e de grandes empresas como Galp, EDP, Sonae ou Jerónimo Martins, ou concede bónus milionários aos seus colaboradores, conforme demonstrado no recente escândalo TAP/Alexandra Reis.

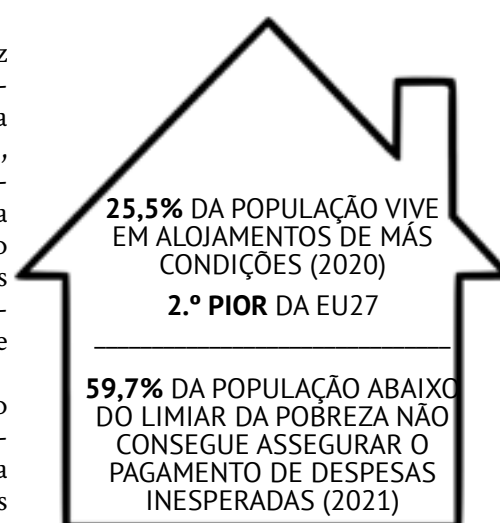
CRISTINA PORTELLA

O Natal de 2022 foi mais pobre em Portugal. Para os trabalhadores, é claro. Enquanto a inflação se mantém entre 9% e 10% desde junho passado, os salários nominais não cresceram mais de 4%. Por conta disso, calcula-se que a perda do seu poder de compra foi de 5% em média no ano que passou. Não espanta, portanto, que aumente o número de trabalhadores pobres no país, mesmo que não estejam em situação de desemprego. O cenário para 2023 não se prevê muito diferente. Decreto-lei promulgado pelo governo estabeleceu para a Função Pública um aumento salarial com valor fixo

de 52 euros em janeiro para quem ganha até 2.600 euros e de apenas 2% para quem ganha acima desse valor. No setor privado, o acordo de rendimentos assinado por sindicatos e patronal prevê um reajuste de somente 5,1%. Quanto aos pensionistas, perderam poder de compra em 2022 e serão ainda mais prejudicados a partir de 2023, por conta da verdadeira armadilha arquitetada pelo governo PS para emagrecer drasticamente as suas pensões. Em troca de um acréscimo equivalente ao valor de meia pensão pago apenas uma vez, em outubro de 2022, o governo suspendeu a lei de atualização das pensões de acordo com a inflação. Isso

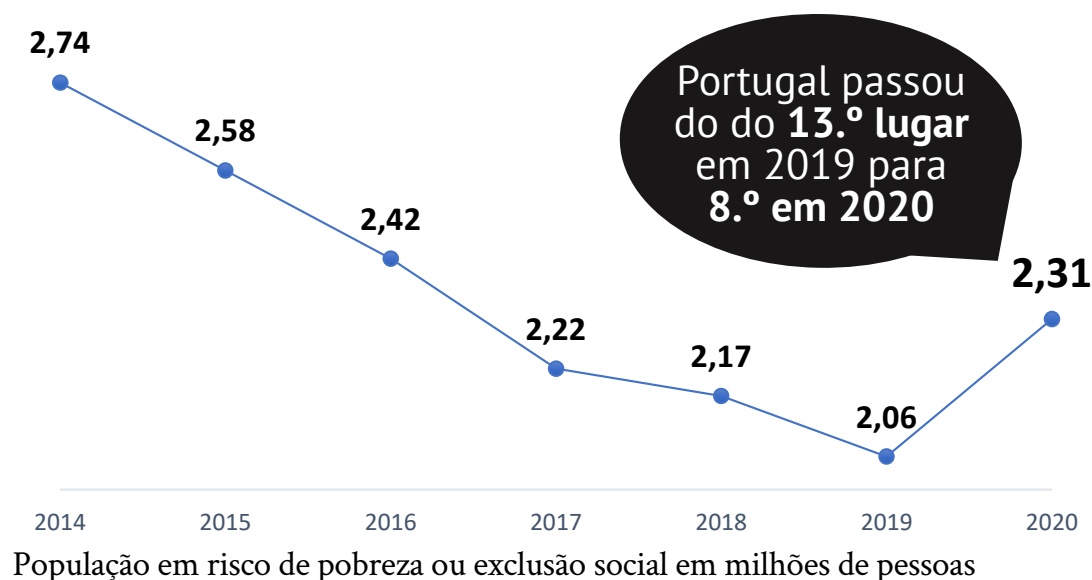
significa que em vez de serem aumentadas em 8,42% agora em janeiro de 2023, percentagem correspondente à estimativa da inflação feita pelo governo, as pensões terão um reajuste bastante inferior, entre 3,89% a 4,83%. Conforme cálculo do jornal Público: o pensionista que ganha 600 euros mensais terá um acréscimo no valor de sua pensão de apenas 28,98 euros, em vez dos 50,52 euros a que teria direito caso fosse aplicada a lei. O pior é que a base de cálculo para os aumentos dos

anos seguintes será esse valor rebaixado. Criticado pelas associações de pensionistas, o governo nega cinicamente o evidente corte nas pensões.



Triste 8.º lugar

Conforme cálculo da Defesa do Consumidor (DECO), um cabaz de bens alimentares essenciais, que custava em fevereiro do ano findo cerca de 185 euros, aumentou para 218 euros em dezembro. Isso significa que a inflação está a penalizar principalmente os mais pobres. Para eles a inflação significa não ter comida na mesa. Por outro lado, as rendas altas e a subida da taxa de juros têm transformado a habitação num item cada vez mais proibitivo para uma grande parcela da população. Hoje há mais de 49 mil famílias na Grande Lisboa a viver em condições consideradas indignas, enquanto no país 9 mil pessoas estão em situação de sem-abrigo.



Não é por acaso que Portugal passou a ocupar o 8º lugar na lista dos países europeus com maior risco de pobreza e exclusão social. Nessa situação, segundo o Eurostat, o Gabi-

nete de Estatísticas da União Europeia, encontram-se 2,3 milhões de portugueses, o equivalente a 22,4% da população. Considera-se estar em risco de pobreza os que vivem

com menos de 554 euros líquidos por mês, o que torna praticamente impossível garantir uma refeição de carne ou peixe com regularidade ou manter a casa aquecida.



Pobreza tem rosto

A maioria dos pobres ou em risco de pobreza em Portugal são mulheres, velhos e imigrantes, mais especificamente aqueles denominados pelo jargão dos burocratas europeus como estrangeiros extracomunitários. São marroquinos, timorenses, nepaleses, indianos, paquistaneses, senegaleses, guineenses

e de vários outros países da África subsariana. Muitos dos que vêm para Portugal com a esperança de melhorar de vida, só encontram exploração e fome. É o caso dos imigrantes que trabalham na campanha da azeitona no Alentejo. Quando não há mais trabalho, ficam sem qualquer proteção,

a dormir no relento e sem dinheiro sequer para comer, a depender totalmente da caridade de instituições não-governamentais, como a Cáritas e outras. Enquanto os partidos de extrema-direita, racistas e xenófobos, como o Chega, os acusam de serem uns malandros que se aproveitam dos subsídios do

Estado, a realidade é bem diferente. O Observatório das Migrações apurou que os imigrantes em Portugal contribuem muito mais do que recebem dos cofres do Estado. Em 2021, o saldo entre contribuições efetuadas e prestações sociais recebidas atingiu os 968 milhões de euros.

As esmolas de Costa

Em vez de aumentar salários e pensões de acordo com a inflação, acabar com a precariedade e a exploração dos imigrantes, tornando legais todos os que vivem e trabalham no país; em vez de congelar o valor dos aluguéis e aumentar a oferta de imóveis a preços adequados à realidade portuguesa, o governo entretém-se a dar esmolas que só perpetuam a situação de penúria. Exemplo disso são os 70 euros, em complemento ao abono de família, dados a cada criança em situação de pobreza extrema, num total de 150 mil, ou o apoio extraordinário de 125 euros concedido, apenas uma vez, aos trabalhadores e beneficiários de prestações sociais, e o mais recente cheque de 240€ aos mais pobres, para suposta-

mente minimizar o impacto da subida dos preços. A inflação em 2022 totalizou 8,1%, mas o salário mínimo foi reajustado em apenas 7,8%. O seu valor subiu de 705 para 760 euros. É com esse dinheiro que 25% dos assalariados em Portugal terão de sobreviver e pagar as suas despesas com alimentação, moradia, transporte e vestuário. É com esse magro rendimento que terão de enfrentar um ano em que, segundo as previsões do próprio Banco de Portugal, o crescimento económico baixará de 6,8% para 1,5%, em que a recessão é uma perspectiva realista e a inflação vai continuar. Ao mesmo tempo em que se recusa a aumentar os salários da função pública e o salário mínimo de acordo com a in-

flação, ou a congelar os preços dos aluguéis e dos bens de primeira necessidade, o governo do PS recusa-se ainda a tributar os lucros extraordinários das empresas. Até agora, aceitou taxar apenas a parcela dos

lucros das empresas petrolíferas e de distribuição alimentar que ultrapasse os 20%. Deixa de fora, desta forma, a maior parte desses lucros e as empresas do setor elétrico, a banca e as seguradoras.

Para quem governa o PS?

A verdade é que o governo de Costa atende aos interesses do grande capital e dos seus auxiliares, no governo e fora dele. A sua obsessão em reduzir a dívida pública, na mesma linha do tempo da troika, e manter as contas certas, isto é, obedecer ao receituário da Comissão Europeia, não inclui as benesses concedidas aos seus

colaboradores, como os 500 mil euros dados a Alexandra Reis, ou os lucros das grandes empresas. Quem está a pagar a conta da crise são os de sempre, os trabalhadores. Alterar isso só pode ser uma tarefa dos próprios trabalhadores - na luta, e não em negociações e gerirongas nas quais sempre saem a perder.

INTERNACIONAL

Golpismo no Brasil Os efeitos de uma política de conciliação

Com apenas uma semana de vida, o novo executivo enfrenta tentativa de golpe protagonizada por apoiantes de Bolsonaro com a cumplicidade da Polícia Militar e do Exército e a inação de ministros do próprio governo Lula.

REDAÇÃO

Ninguém pode dizer que foi surpresa. A invasão e a depreciação do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, em Brasília, por uma horda de bolsonaristas já era esperada. Dezenas de acampamentos espalhados pelo Brasil, que chegaram a reunir cerca de 43 mil seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro, estrategicamente instalados em frente a quartéis gerais do Exército desde novembro do ano passado, eram a incubadora perfeita do que aconteceu a 8 de janeiro último. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) alertou para o perigo, mas o Governo não reagiu.

A lógica da frente ampla com a burguesia

Após quatro anos de barbárie, a vitória de Lula significou um enorme alívio para a grande maioria dos brasileiros. Ao ser empossado na presidência foi acompanhado por representantes de parcelas exploradas e oprimidas do povo – trabalhadores, mulheres, indígenas, crianças negras da periferia, pessoas com deficiência. O simbolismo

Avançar na organização e mobilização independente

Como vemos, combater e derrotar a extrema-direita não é uma tarefa que o Governo Lula se proponha a cumprir. Da mesma forma, não pretende reduzir os superlucros do capital ou melhorar qualitativamente as condições de vida

Pelo contrário. O ministro da Defesa do recém-empossado governo Lula, José Múcio, defendera os acampamentos, classificando-os de “manifestação democrática”. Mesmo depois de os seus integrantes terem incendiado autocarros e automóveis em Brasília ou de um deles ter montado um explosivo para detonar no aeroporto dessa capital. Tudo isso em dezembro, a poucos dias da posse de Lula na presidência do Brasil.

Outro ministro do governo Lula, Flávio Dino, da Justiça, saiu em defesa do governador de Brasília, conhecido apoiante de Bolsonaro e autoridade responsável pela segurança da capital federal. Pois a polícia



militar sob o seu comando não só não reprimiu a selvageria como foi conivente com ela. A gravidade e evidência dessa cumplicidade chegou a obrigar

o ministro do Supremo Tribunal Federal a afastá-lo do cargo de governador. O que aconteceu? O governo Lula é suicida?

ministra do Turismo, ligada a grupos milicianos, que exploram o povo pobre e matam os seus representantes, como a vereadora do PSOL Marielle Franco.

Mesmo os ministros de esquerda, como o petista Fernando Haddad, da Fazenda, não parecem querer romper com uma governação tradicional. O seu objetivo é o

forte luta nas ruas em unidade com todos que lutam contra Bolsonaro.

Ao contrário de apoiar o Governo e em vez, inclusive, de participar nele, a esquerda tem de estimular a organização e a mobilização da classe trabalha-

mesmo dos seus antecessores, ou seja, garantir superaviz fiscal para continuar a pagar a dívida pública, um mecanismo que atrela o país aos interesses da burguesia e do imperialismo.

Uma triste consequência desse acordo de unidade com a burguesia e os militares já pode ser encontrada na tentativa de golpe de 8 de janeiro.

dora independente do Governo Lula e organizar a luta por melhor salário, saúde, habitação e educação.

O principal perigo do Governo Lula é justamente impedir que isso aconteça.

Emergência climática, qual a solução?

Novembro de 2022 foi marcado pela ação dos ativistas da greve climática estudantil. Ocuparam escolas e universidades para exigir medidas pela transição energética.

JOANA SALAY

As ocupações colocaram em debate a solução para a emergência climática. Alguns criticavam os estudantes por usarem telemóveis e automó-

veis com motor a combustão, como se isso demonstrasse incoerência com as exigências apresentadas. Na verdade, os estudantes colocaram o problema exatamente onde era suposto estar: na ação coletiva e na necessi-

dade imediata de políticas públicas. Por mais importante que seja, nos países mais ricos, mudar os hábitos de consumo, a perspectiva individual como saída ambiental é completamente insuficiente.

Os maiores responsáveis pela emissão de gases poluentes estão entre as 100 maiores empresas do mundo. Por isso, não basta mudar os hábitos individuais, é necessária uma saída coletiva que enfrente estas empresas.

Unir trabalhadores e estudantes por uma sociedade sustentável

Os estudantes tiveram o mérito de colocar a crise climática novamente na ordem do dia e de exigirem medidas emergenciais do Governo. Os governos pelo mundo, na melhor das hipóteses, muito falam e pouco fazem. Sequer se dignaram a assinar um acordo na COP-27 para um problema que é global. A verdade é que nenhum deles pretende meter-se com as

empresas mais lucrativas do mundo. É por isso que a solução não virá de cima, mas sim da união dos de baixo. Trazemos esta realidade para Portugal. Os trabalhadores da Volkswagen Autoeuropa produziram cerca de 240 mil unidades de automóveis no ano de 2022. No ano de 2020, a sua produção correspondeu a 1,4% do PIB português. A solução da Volkswagen Au-

toeuropa para ser uma “empresa ambientalmente sustentável” é passar a produzir carros elétricos. Essa proposta não só é um engodo para o problema ambiental, como também vem junto com ataques e perdas de direitos dos trabalhadores do setor automóvel. O Governo e a União Europeia, longe de enfrentarem a empresa, dão mais dinheiro público à Volkswagen,

que depois vai enviar os seus lucros para a Alemanha. A solução para enfrentar o lobby das empresas poluentes é unir a luta dos estudantes com a luta dos trabalhadores destas empresas. É desta união que poderemos arrancar as verdadeiras medidas para uma transição energética e para uma sociedade ambientalmente sustentável.

Distopia ou realidade?

O recém lançado filme “Avatar: o caminho da água” apresenta uma disjuntiva: tecnologia e grandes corporações ou sociedade primitiva. Queremos apresentar uma disjuntiva diferente. Imaginemos um mundo onde a produção e organização social é orientada para as necessidades sociais e não para o lucro. Onde as decisões políticas e também económicas são feitas de maneira coletiva, num tipo

de democracia onde os representantes são eleitos com mandatos revogáveis. E a política não é só de alguns poucos privilegiados com tempo livre, mas é parte da vida e do cotidiano da maioria da população. Essa sociedade não é uma distopia, é socialismo. A disjuntiva que temos hoje é: socialismo ou barbárie.



E a nossa luta por uma sociedade democrática, sem exploração, nem opressão e

ambientalmente sustentável é a luta socialista revolucionária.

Lutar pelo clima não é crime!

Não basta o Governo ignorar completamente a urgência da crise climática: além de tudo, os estudantes que lutam para exigir as medidas necessárias enfrentam ataques e repressão.

Quatro estudantes foram detidas ao protestarem no Ministério da Economia e do Mar. Depois, na ocupação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a PSP deteve

outros quatro estudantes, que enfrentaram processos criminais e foram condenados por nada mais do que se manifestarem e lutarem pelo clima. São ataques graves e inacei-

táveis ao direito de manifestação. Repudiamos as detenções e condenações e solidarizamos-nos com os ativistas: lutar não é crime!

NOSSA CLASSE**CONTRIBUTO SOBRE AS CONCLUSÕES DA LUTA NA VW AUTOEUROPA**

Sobem os lucros e desvalorizam os salários...

Face a interesses opostos, trabalhadores vão encontrando novos caminhos

Os trabalhadores da VW Autoeuropa viveram uma importante luta por aumento de salário. As lutas são importantes momentos de experiência e aprendizagem que os trabalhadores devem aproveitar para avançar. Esta não poderia ser diferente...

JOÃO REIS

O resultado da luta reduziu as perdas salariais decorrentes da inflação, mas não resolveu o problema. Como se sabe, a inflação foi mais alta que o aumento salarial conseguido

e continuará nos próximos tempos. Portanto, deve fazer parte dos objetivos dos trabalhadores continuar a lutar por aumentos salariais na empresa.

Por outro lado, o Governo do PS tem orientado a res-

posta dos patrões, deixando de lado o controlo dos preços dos bens essenciais, o controlo dos juros do crédito habitação, a renacionalização das empresas do setor energético para poder controlar os preços da energia, um plano de

construção de habitação para pressionar para baixo o valor das rendas e das casas.

Estas são algumas das medidas de que o Governo foge e que têm de estar no horizonte de quem quer lutar contra a perda dos salários.

Empresa e trabalhadores têm os mesmos interesses?

Nesta batalha ficou mais uma vez exposto que os trabalhadores e a empresa não têm os mesmos interesses. Ao contrário da lógica, demasiado vincada na VW Autoeuropa e defendida pela maioria da CT, de que trabalhadores e empresa caminham lado a lado sem ser necessário recorrer a greves ou outras formas de luta, o que se viu neste processo foram interesses completamente antagónicos. Se, por um lado, os trabalhadores necessitam de aumentos para resistirem à inflação, por outro, a empresa não verá os seus lucros crescerem tanto se aumentar salários de forma

digna. Uns trabalham para o lucro e outros lutam para reduzir a sua exploração.

É uma discussão semelhante à vivenciada pelos trabalhadores durante a Geringonça, onde PCP e BE diziam estarmos diante de um Governo bom, mas os trabalhadores sentiam a sua vida na mesma, pois era um Governo dos patrões.

Por esse motivo, a participação dos trabalhadores nos plenários, o seu envolvimento nas greves e a rejeição da primeira proposta de aumento em referendo foram determinantes para fazer avançar este processo.

**A necessidade de olhar o mundo e não apenas a empresa**

Em todo o mundo têm surgido processos de luta através dos quais os trabalhadores resistem contra os ataques às condições de trabalho e a inflação. A Europa tem sido

atravessada por importantes greves, assim como na Ucrânia tem sido heroica a luta do povo contra a invasão russa. Na China, os trabalhadores lutam contra as medidas re-

pressivas de um governo ditatorial. Em Portugal, as greves têm aumentado o tom, como se viu na VW Autoeuropa, ou agora recentemente na luta dos professores, mas é

necessário trabalhar na sua unificação rumo à construção de uma greve geral que imponha as medidas necessárias de combate à inflação que Costa não quer aplicar.

A importância de um partido comprometido com os trabalhadores

Estes processos servem de alerta para os trabalhadores perceberem que o que se passa na empresa tem que ver com as opções políticas de quem gere o mundo e que, portan-

to, são necessárias respostas políticas de conjunto. Além de sindicatos e CTs que não andem de braço dado com as empresas e o Governo, são necessários partidos que

apoiem os trabalhadores nas suas lutas, os façam acreditar na força que têm e que não os deixem órfãos, como recentemente vivemos no país durante a Geringonça.

É este o desafio que o Em Luta deixa para os tempos que aí vêm!